Após a edição extra do *Boletim Mercado de Trabalho (BMT)*, focada nos efeitos da pandemia do novo Coronavírus, a edição de número 70 retorna ao seu formato normal. Mesmo assim, essa publicação foi produzida durante o terceiro e o quarto trimestres de 2020, logo os efeitos da pandemia da Covid-19 ainda são relevantes, tanto no texto de análise como nos textos publicados nas demais seções da publicação.

Essa edição do boletim conta também com a seção extra *Dossiê jovens e mercado de trabalho na pandemia*, que aborda tanto um diagnóstico atualizado do comportamento da população jovem no mercado de trabalho brasileiro durante a pandemia como também considerações de políticas de juventude para lidar com as questões atuais.

O texto de *Análise do mercado de trabalho* destaca movimentos nos principais indicadores para o segundo e o terceiro trimestres de 2020 (a depender da disponibilidade da informação). Foram utilizados dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, PNAD Covid-19 e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). A taxa de desemprego, após estabilidade nos primeiros meses do ano, passou para 13,3% no segundo trimestre, de acordo com a PNAD Contínua, perto do maior nível da série histórica. O nível de ocupação, definido como a população ocupada sobre a população acima de 14 anos, continua em níveis historicamente baixos. Seu valor foi 48,3% em setembro, de acordo com a PNAD Covid-19.

O rendimento médio efetivo do trabalho sofreu a maior retração da série histórica, muito influenciado por uma retração na jornada de trabalho. Por sua vez, o rendimento médio habitual apresentou crescimento, proveniente da saída de trabalhadores concentrada naqueles com baixos rendimentos. A diferença entre esses dois tipos de rendimento foi a maior já observada pela PNAD Contínua.

Além da análise conjuntural do mercado de trabalho, esse número do BMT traz contribuições adicionais organizadas em quatro seções.

A seção *Notas Técnicas* possui três textos. No primeiro deles, *A redução do número de estabelecimentos familiares e do pessoal ocupado na agricultura familiar: hipóteses à luz da análise dos Censos Agropecuários 2006 e 2017*, Alexandre Valadares e Fábio Alves utilizam os Censos Agropecuários de 2006 e 2017 para realizar uma análise descritiva da população ocupada em estabelecimentos agropecuários, que apresentou redução nesse período. Os autores especulam que essa redução se deve à diminuição de estabelecimentos de agricultura familiar observada nos censos.

---

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt70/apresentacao>

Na nota técnica *O trabalho precário e a pandemia: os “grupos de risco” na economia do trabalho*, Sandro Sacchet de Carvalho e Mauro Oddo Nogueira utilizam dados do primeiro trimestre da PNAD Contínua e da PNAD Covid-19 para analisar os efeitos da pandemia sobre diferentes grupos de trabalhadores. Os autores aproveitam que ambas as pesquisas usam a mesma amostra de domicílios para criar fluxos de antes e depois da pandemia.

O texto mostra como trabalhadores com contratos formais consistentemente apresentam resultados melhores que outros grupos no enfrentamento a pandemia. O artigo conclui que o aumento do empreendedorismo e contratos mais flexíveis no mercado de trabalho podem levar à precariedade laboral e aos piores resultados durante grandes crises como a enfrentada atualmente.

O último texto da seção, *Diferenças metodológicas entre o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua*, é uma colaboração entre a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (SEPRT) do Ministério da Economia (ME) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O texto apresenta as principais características de ambos os bancos de dados e suas diferenças metodológicas. As informações obtidas dessas fontes são essenciais para a análise do mercado de trabalho brasileiro e o texto contribui para melhores práticas no seu uso.

A seção *Políticas em foco* possui dois textos. O texto *Financiamentos vinculados à renda futura, seguridade social e qualificação profissional: literatura e proposições*, de autoria de Paulo Meyer Nascimento, discute a possibilidade do uso de financiamentos vinculados à renda futura em programas de qualificação profissional. O texto compara duas modalidades de financiamento, empréstimos com amortizações condicionadas à renda (ECR) e *income share agreements* (ISA) com financiamentos tradicionais. Além disso, apresenta propostas para o desdobramento desses financiamentos para a seguridade social e o seguro-desemprego.

O segundo texto da seção, *Reforma trabalhista e suas implicações no acesso à justiça: uma perspectiva da pesquisa empírica em direito*, tem autoria de Ana Flávia de Moraes Toller, Alexandre dos Santos Cunha, Paulo Eduardo Alves da Silva, Danielle Zoega Rosim e Victor Dantas de Maio Martinez. O texto pretende analisar os efeitos da Lei da Reforma Trabalhista sobre os processos levados à Justiça do Trabalho. Os autores primeiro descrevem os objetivos declarados da reforma e os receios de seus críticos. São usados dados de processos trabalhistas resultantes da pesquisa *Seleção e recrutamento de magistrados e acesso à Justiça do Trabalho*, realizada durante o ano de 2019 pelo Ipea, em conjunto com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat), vinculada ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), e que serão comparados com a pesquisa similar de 2012. Isso permite aos autores observar um contexto antes e depois das mudanças e inferir se os resultados se aproximam de seu objetivo.

Essa edição possui a seção extra *Dossiê jovens e mercado de trabalho na pandemia*, com três textos focados nessa temática.

Maíra Franca e Carlos Henrique Corseuil, no texto *Inserção dos jovens no mercado de trabalho em tempos de crise*, buscam analisar o comportamento da população jovem no mercado de trabalho de 2013 a 2020, período esse que inclui duas recessões: a primeira, de 2015 a 2017,

e a atual, causada pela pandemia, em 2020. Os autores buscam expandir a análise além do foco usual na taxa de desemprego e aproveitam as informações longitudinais disponíveis pela PNAD Contínua para criar fluxos de transição entre diferentes estados no mercado de trabalho para os jovens analisados. O texto mostra preocupação com a deterioração dos indicadores e do afastamento de jovens do mercado de trabalho durante ambas as recessões, indicando a necessidade de políticas públicas voltadas para esse segmento da população.

O segundo texto, *Os jovens que não trabalham e não estudam no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil*, de autoria de Enid Rocha Andrade da Silva e Fábio Monteiro Vaz, destaca como as medidas de enfrentamento da pandemia, como o fechamento do comércio e das escolas, afetaram a população jovem. Com essa motivação, o foco é no grupo de jovens que não trabalham e nem estudam, os “nem-nem”, sendo utilizados dados da PNAD Contínua e da PNAD Covid-19. O texto busca identificar as vulnerabilidades desse grupo e sua evolução durante a pandemia.

O texto final desta seção, *Subsídios para a formulação de políticas públicas de juventude no Brasil*, de Luiz Antonio Cruz Caruso e Anne Caroline Posthuma, busca identificar as principais características de políticas públicas voltadas para os jovens no período de 2005 a 2019 e fornecer subsídios para sua implementação. Com esse objetivo, os autores descrevem como a transição do estudo ao trabalho é heterogênea entre os diferentes grupos de jovens, analisam políticas de juventude nacionais no período e destacam as principais experiências internacionais nesse tema.

Por fim, a edição é encerrada pela seção *Economia solidária e políticas públicas*, que traz mais seis textos, destacando a importância das experiências em entes municipais e estaduais na elaboração de políticas públicas inovadoras.

O texto *A política pública de economia criativa e solidária do município de Araraquara/SP*, de Camila Capacle Paiva e Edinho Silva, tem como assunto as políticas públicas do município de Araraquara voltadas para a geração de emprego e renda dentro do eixo da economia criativa e solidária. Os autores analisam a trajetória dessas políticas desde seu surgimento na agenda política da prefeitura até a estrutura atual.

O segundo texto, *A institucionalização da política pública de economia solidária em Balneário Camboriú: atores, agendas e processos*, de Luiz Filipe Reinecke, Anderson Pacheco, Danilo Melo, Pompilio Locks e Vanêssa Simon, apresenta a evolução de uma política pública municipal na área de economia solidária no município de Balneário Camboriú/SC, uma cidade turística, marcada pelo processo de verticalização. Os autores descrevem o contexto histórico do território, suas tensões e o movimento da economia solidária na cidade.

O terceiro texto, *As políticas públicas de economia solidária no município de Maricá/RJ*, de Amanda Souza Pereira, Diego Siqueira, Lorena Senra e Nathan Melo Costa, tem como assunto as políticas públicas de economia solidária no município de Maricá/RJ. Em particular, o texto foca nas leis e nas instituições que sustentam a política e na sua implementação e execução, além de alguns resultados. O objetivo é descrever como ocorre a criação e a implementação de uma agenda de economia solidária.

O quarto texto da seção, *A política pública de economia solidária da Bahia: estratégia de desenvolvimento sustentável e democrático*, tem autoria de Angela Schwengber, Dayvid Souza Santos, Efsen Batista Lima e Milton Barbosa. O texto descreve as políticas públicas de economia solidária na Bahia após 2007 e seus resultados. Também descreve a construção de uma rede para operacionalização e sistematização dessas políticas no estado da Bahia.

O quinto texto, *Tempos de crise e a relevância da política pública estadual de economia solidária no Brasil: a experiência do estado do Maranhão*, da autora Nilce Cardoso Ferreira, foca nas políticas públicas de economia solidária do estado do Maranhão. A autora primeiro estabelece o contexto histórico da economia solidária no Brasil para então analisar sua implementação pelo governo estadual do Maranhão.

O texto final dessa edição do boletim, *Repertório programático e resiliência das políticas subnacionais de economia solidária no Brasil: síntese de experiências estaduais e municipais*, tem como autores Sandro Pereira Silva, Leandro Pereira Moraes e Dayvid Souza Santos. O texto discorre sobre a agenda da economia solidária brasileira, realizada principalmente por entes subnacionais no país, como municípios e estados. Os autores analisam experiências municipais (Araraquara/SP, Balneário Camboriú/SC e Maricá/RJ) e estaduais (Bahia e Maranhão).